

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara

5ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998- Santana

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: 1001390-47.2018.8.26.0037
Autora: Cinara Santos de Jesus
Ré: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A

Juiz de Direito: Dr. Mário Camargo Magano.

Vistos.

Cinara dos Santos de Jesus propôs a presente ação em face de Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A em que alega, em síntese, após tecer considerações sobre ações anteriores ajuizadas entre as mesmas partes, que a restrição financeira promovida pela ré é indevida, sob o argumento de que já liquidou o financiamento do veículo Chevrolet/Ônix, placas FMP 3559. Pede a concessão da tutela de urgência para que a ré seja compelida, sob pena de multa, a excluir a restrição financeira incidente sobre o veículo Chevrolet/Ônix, placas FMP 3559, e a fornecer carta de quitação do financiamento. Pede, ainda, a procedência da ação a fim de que a ré seja condenada no pagamento de indenização por danos morais, no valor não inferior a 10 salários mínimos,

Indeferida a tutela de urgência, a ré foi citada e ofereceu contestação em que argui, em preliminar, falta de interesse processual, sob o fundamento de que o gravame sobre o veículo já foi excluído. Quanto ao mérito, em resumo, sustenta ser indevida a pretensão indenizatória deduzida na inicial. Pede o acolhimento da preliminar arguida ou, se caso superada, a improcedência da ação; subsidiariamente, pleiteia a fixação da indenização por danos morais em valor moderado.

Houve réplica.

É o relatório.

Decido.

A lide comporta julgamento antecipado, nos termos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Araraquara

5ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998- Santana

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq5cv@tjsp.jus.br

do art. 355, I, do CPC.

A ré não fez prova, como lhe competia, da pertinência da restrição financeira incidente sobre o veículo (fls. 19), ainda mais depois do desfecho da ação de consignação em pagamento que lhe moveu a autora (fls. 20/235).

A restrição financeira só foi excluída depois do ajuizamento desta ação, o que revela que houve, nesse aspecto, verdadeiro reconhecimento da procedência do pedido.

Embora realizada a exclusão do gravame pela ré, conforme demonstrado por ela (fls. 280), ainda não houve o fornecimento da carta de quitação do financiamento à autora.

Tratando-se de direito de quem cumpre sua parte no contrato, isto é, de quem paga as prestações avençadas, a demandante faz jus à carta de quitação vindicada, a ser fornecida no prazo de 10 dias pela ré, sob pena de pagamento de multa diária de R\$500,00, limitada a 20 dias.

Quanto aos danos morais, o contexto fático-probatório não autoriza o reconhecimento deles, não superando o episódio vivenciado pela autora os lindes do inadimplemento contratual.

Em hipótese parelha, já se decidiu:

"Alienação fiduciária. Ação de obrigação de fazer cumulada com pedido de indenização por danos morais. Pedido de baixa do gravame. Legitimidade passiva. O credor fiduciário é parte legítima para responder demanda em que se pleiteia a exclusão da restrição financeira, bem como indenização por danos morais que seriam decorrentes do descumprimento desse dever. **Quitação do contrato de financiamento. Baixa do gravame de alienação fiduciária. Direito do devedor fiduciante e dever do credor fiduciário. Dano moral. Ausência. Mero descumprimento contratual, que não repercutiu a modo de causar aflições de espírito capazes de ultrapassar os contornos do mero aborrecimento, não justifica a concessão de indenização por dano moral.** Recurso parcialmente provido." (TJ/SP, Apelação nº 0002832-81.2013.8.26.0638, 28ª Câmara de Direito Privado, Rel. Cesar Lacerda, j. 26/07/2016, sem destaques no original).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara

5ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998- Santana

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq5cv@tjsp.jus.br

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação, para compelir a ré a fornecer à autora a carta de quitação do financiamento do veículo descrito na inicial, no prazo de 10 dias, sob pena de não o fazendo arcar com o pagamento de multa diária de R\$500,00, inicialmente limitada a 20 dias. Fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor atualizado da causa. Cada parte arcará com os honorários advocatícios do patrono do adversário, vedada a compensação. As custas e as despesas processuais ficam partilhadas em proporções iguais entre as partes. A sucumbência carreada à autora está submetida ao disposto no art. 98, §3º, do CPC.

P.R.I.

Araraquara, 08 de agosto de 2018.